

*Socialismo para o século XXI:  
atualidade da luta contra a propriedade privada*

Valerio Arcary, professor do CEFET/SP, é doutor em História pela USP e autor de *As Esquinas Perigosas da História, situações revolucionárias em perspectiva marxista*.

*“Se se entende que toda transgressão contra a propriedade, sem entrar em distinções, é um roubo, não será um roubo toda a propriedade privada? Acaso minha propriedade privada não exclui a todo terceiro desta propriedade? Não lesiono com isso, portanto, seu direito de propriedade?”<sup>1</sup>*

*Karl Marx*

*“A área da autodeterminação (...) veio se ampliando nos últimos 150 anos, mas permanece, todavia, muito menor que o seu contrário. O verdadeiro propósito do materialismo histórico foi, considerando tudo, dar aos homens e mulheres os meios para exercer uma autêntica autodeterminação popular, pela primeira vez na história. Esse é exatamente o objetivo da revolução socialista, cuja aspiração é inaugurar a transição do que Marx chamou a passagem da esfera da necessidade para a da liberdade.”<sup>2</sup>*

Perry Anderson

O argumento que defende a justiça da propriedade privada foi sempre a pedra angular do liberalismo. Remetendo as formas econômicas da organização social às características de uma natureza humana invariável, o liberalismo fundamentava a justificação do capitalismo na desigualdade natural. O programa socialista inscreveu na História a necessidade da luta contra a propriedade privada. Ao longo do século XIX o marxismo precisou lutar contra outras tradições igualitaristas antes de conquistar a posição de corrente mais influente nos movimentos operários. O socialismo dos marxistas defendia que, enquanto alguns poucos possuírem as melhores terras, as fábricas, os bancos e o capital não haveria forma de construir a igualdade social humana. Afirmava, portanto, que a permanência da propriedade privada condenaria a sociedade à desigualdade econômica, política e cultural. E, como não pode haver liberdade entre desiguais, porque aqueles que acumulam a riqueza e o dinheiro concentram também o poder, a preservação do capitalismo seria a continuidade de um regime político de dominação, mesmo se camuflada, com

---

<sup>1</sup> MARX, Karl, *Os debates na Dieta Renana sobre as leis castigando os roubos de lenha*, in *Escritos de Juventud*, México, Fondo de Cultura Económica, 1987, p.251.

<sup>2</sup> ANDERSON, Perry. *Teoria, política e historia: un debate com E. P. Thompson*. Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985. p. 23

eventuais eleições. O tema desta comunicação é uma reapresentação da crítica marxista à propriedade privada e a defesa da sua atualidade.

O movimento operário, nos últimos 150 anos, foi o protagonista social da mais decisiva transformação da história humana: a aventura de busca de um controle consciente sobre os destinos da sociedade. Para os socialistas, esse sentido consciente da luta política consiste na luta pela igualdade e liberdade como valores indivisíveis. Essa é também a opinião de Wallerstein:

*“Que signifie réellement le slogan, «liberté, égalité, fraternité»? Le slogan de la Révolution française est familier à chacun. Il semble faire référence à trois phénomènes différents, situés chacun dans les trois domaines entre lesquels nous sommes habitués à diviser nos analyses sociales: la liberté dans le champ politique, l'égalité dans le champ économique, et la fraternité dans le champ socioculturel. Et nous nous sommes également habitués à débattre de leur importance relative, en particulier entre la liberté et l'égalité. L'antinomie de la liberté et de l'égalité me semble absurde. Je vois difficilement comment on peut être "libre" s'il y a de l'inégalité, étant donné que ceux qui possèdent plus ont toujours des options qui ne sont pas possibles à ceux qui possèdent moins et que, par conséquent ces derniers sont moins libres. Et, de la même façon, je vois difficilement comment l'égalité peut exister sans la liberté, puisque, en l'absence de liberté, certains ont plus de pouvoir politique que d'autres, d'où il suit qu'il y a inégalité. Ce n'est pas un jeu de mots que je suggère ici, mais le rejet de la distinction liberté-égalité. Liberté-égalité est un seul et même concept.” (grifo nosso)*<sup>3</sup>

Liberdade e igualdade estariam historicamente condicionados pela possibilidade da abundância. Este tema nos remete à discussão teórica que poderíamos enunciar como a polêmica sobre as necessidades humanas. Expliquemo-nos: o socialismo se fundamenta na defesa de que um estágio de abundância relativa seria possível porque, admitindo-se limitadas as necessidades humanas mais intensamente sentidas, poderiam ser aferidas *a priori*, e a produção social deveria ser organizada em função de uma alocação de recursos para a sua satisfação pelo planejamento. A industrialização dos últimos duzentos e cinquenta anos teria permitido a redução abrupta do tempo socialmente necessário para a produção dos produtos e, por isso, apesar das flutuações da oferta e da procura, os preços das mercadorias, tendencialmente, vieram diminuindo. A deflação dos preços nas longas durações seria uma expressão distorcida - pela permanência da propriedade privada - do crescimento das forças produtivas, porque expressa o aumento da produtividade do trabalho. Teríamos atingido um estágio de desenvolvimento das forças de produção em que a capacidade de transformação da natureza à escala global já permitiria, ou estaria muito

---

<sup>3</sup> WALLERSTEIN, Immanuel, 1968, Révolution dans le Système Mondial, in Le Temps Modernes, 514/515, mai-juin 1989, p.173/4

próximo de conseguir, uma desmercantilização progressiva dos produtos que são mais intensamente necessários para satisfazer as necessidades humanas.

*“En la medida, sin embargo, en que la gran industria se desarrolla, la creación de la riqueza real se vuelve menos dependiente del tiempo trabajado y del cuanto de trabajo empleado que del poder de los agentes puestos en movimiento durante el tiempo de trabajo, y cuya powerful effectiveness por su parte no guarda relación alguna con el tiempo de trabajo inmediato que cuesta su producción, sino que depende más bien del estado general de la ciencia y del progreso de la tecnología[riqueza real se manifiesta más bien -y esto lo revela la gran industria- en la enorme desproporción cualitativa entre el trabajo, reducido a una pura abstracción, y el poderío del proceso de producción vigilado por aquél. El trabajo ya no aparece tanto como estando incluido en el proceso de producción; el hombre se comporta más bien como supervisor y regulador con respecto al proceso productivo.(...) El robo del tiempo de trabajo ajeno, sobre el cual se funda la riqueza actual, aparece como una base miserable comparada con la base recién desarrollada, creada por la gran industria misma. Tan pronto como el trabajo en forma directa ha cesado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja, y tiene que dejar, de ser su medida y por tanto el valor de cambio [de ser la medida] del valor de uso”. (grifo nosso)<sup>4</sup>*

O sentido histórico da luta pelo socialismo tem sido este: o fim da exploração do homem pelo homem, portanto, a realização da liberdade humana. A liberdade humana para os marxistas seria o contrário da penúria e da falta, ou seja, a não satisfação das necessidades. *O principal impulso para o desenvolvimento das forças produtivas foi a luta da humanidade pela satisfação de suas necessidades. A ampliação das necessidades é o próprio conteúdo do progresso e a substância da história.* Nas palavras de Plekhanov, a liberdade - sempre relativa e condicionada - deve ser compreendida como consciência da necessidade:

*“Explicando as palavras de Hegel. “A necessidade só é cega na medida em que não é compreendida”, Engels afirmava que a liberdade consiste “no domínio exercido sobre nós e sobre a natureza externa”, domínio fundado no conhecimento das necessidades inerentes à natureza.” (...) faziam ao autor de Anti-Durhring a objeção que não há liberdade onde há submissão à necessidade (...) Mas a filosofia de Marx(...) não se diferencia, entretanto da teoria de Hegel na questão que nos ocupa, a saber, a da relação entre a liberdade e a necessidade. Todo o problema reside em saber o que é preciso entender exatamente por necessidade(...). Uma necessidade, por assim dizer condicional. É preciso que respiremos, se queremos viver, é preciso usar um medicamento se nos queremos livrar de uma doença e assim por diante(...) Se nos colocamos sob o ponto de vista da “crítica neokantista” de Marx, é preciso admitir que, nesta necessidade condicional, existe também um elemento de submissão. O homem seria mais livre se pudesse satisfazer suas necessidades sem dispender nenhum esforço. Ele se submete à natureza, mesmo quando a obriga a servi-lo. Mas esta submissão é a condição de sua libertação: submetendo-se à natureza, aumenta com isto seu poder sobre ela, ou seja, sua liberdade. Seria o mesmo no caso onde a produção social estivesse organizada de forma racional. Ao se submeter às exigências da necessidade técnica econômica, os homens poriam termo a este regime insensato que faz com que sejam dominados por seus próprios produtos, ou*

---

<sup>4</sup> MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política GRUNDISSE, 1857/8. Mexico, Siglo XXI, 1997.

*seja, aumentariam formidavelmente sua liberdade. Aqui também sua submissão tornar-se-ia a fonte de sua libertação.”. (grifo nosso)*<sup>5</sup>

Não é incomum, contudo, nos dias de hoje que mesmo entre os ativistas dos movimentos sindical e estudantil, muitos sejam cépticos sobre a possibilidade do socialismo. Neste início de século, depois da restauração capitalista na ex-URSS, não poucos na esquerda encontram conforto refugiando-se em fórmulas escapistas como “utopia de uma sociedade mais justa”, uma “fuga em frente” que pretende evitar o que permanece incontornável: conservação ou destruição do capitalismo? Ir ou não ir além da propriedade privada, eis a questão.

#### Três desafios contemporâneos

A história do século XX não passou, contudo, em vão. Não se pode resumir o programa do socialismo à expropriação do capital, embora ela o ordene. Três desafios parecem ter assumido uma importância terminal. O internacionalismo adquiriu, de forma inapelável, uma gravidade estratégica ainda maior que há cem atrás. Demonstrou-se a necessidade de unir a estatização dos grandes meios de produção e do sistema financeiro à luta pela mobilização internacional para derrotar o imperialismo e reordenar a produção mundial ao serviço das necessidades humanas, sob pena de assistirmos a novas guerras devastadoras de recolonização e ou disputas imperialistas. A estreiteza dos recursos de qualquer nação, mesmo as mais desenvolvidas, em uma época em que o capital já ergueu um mercado mundial confirmou, também, que não haverá futuro para a causa socialista dentro de fronteiras nacionais. A paciente e perseverante articulação dos esforços para a reconstrução de uma Internacional revolucionária, aprendendo as lições dos desastres passados, deverá concentrar uma prioridade máxima.

Em segundo lugar, passou a ser decisivo o resgate da auto-organização independente e democrática dos trabalhadores e da juventude e dos seus aliados sociais, forjando novos instrumentos e construindo uma nova cultura interna antiburocrática para que recuperem representatividade e confiança das massas em luta. A defesa intransigente da livre auto-determinação será vital para garantir o controle dos trabalhadores sobre o seu Estado, elevando a gestão democrática da riqueza social – unindo em novas instituições os recursos da participação direta e da delegação indireta - a uma das metas centrais do projeto

---

<sup>5</sup> PLEKHANOV, George. Os Princípios fundamentais do Marxismo. São Paulo, Hucitec, 1978, p.72/3.

socialista. A construção de organismos de poder popular deve ser uma das estratégias da revolução e começa antes da conquista do poder. Décadas de manipulação sindical e de usurpação política de mandatos deixaram uma herança de suspeita que se abate em primeiro lugar sobre as velhas direções, mas que atinge todo o movimento socialista. A forma “partido” das organizações marxistas engajadas na luta pelo poder é identificada pelos trabalhadores como trampolim eleitoral. O controle das lideranças antes e depois da conquista do poder passou a ter valor imenso.

Por último, a perenidade do capitalismo trouxe o perigo de uma catástrofe ambiental irreparável, seja pelo aquecimento global, seja pela ampliação do buraco na camada de ozônio, seja pela escassez de água potável, e transformou-se numa ameaça à sobrevivência da vida civilizada. Outras questões poderiam, possivelmente, ser sugeridas. O argumento deste artigo, no entanto, é a defesa da atualidade da luta contra a propriedade privada, porque permanece sendo a linha de fronteira da causa socialista.

#### Fórmulas escapistas, estratégias pós-socialistas

O repertório programático alternativo a uma resposta anticapitalista é variado, mas pouco convincente. Alguns estão nostálgicos das políticas sociais universais que caracterizaram o programa da socialdemocracia escandinava a partir dos anos trinta, estendidas aos países centrais ao final da Segunda Guerra Mundial, ignorando que a elevação do salário médio durante algumas décadas só foi possível às custas da dominação imperialista no sul do planeta, e desprezando que o capital não está mais disposto a arcar com as políticas fiscais keynesianas. As concessões do pós-guerra só adquirem uma plena perspectiva histórica, se considerarmos que o perigo de revoluções anti-capitalistas na região do Mediterrâneo foram uma força de pressão incontornável para a negociação dos pactos sociais da etapa do apogeu do fordismo. Essa etapa se esgotou em algum momento na década dos setenta. Nos EUA e na Inglaterra, há mais de trinta anos que o capitalismo se despediu das políticas que favoreciam o pleno emprego:

*“As famílias em que todos os adultos trabalham têm visto pouco progresso nos últimos 30 anos. Corrigida pela inflação, a renda de uma família média dobrou entre 1947 e 1973. Mas ela cresceu apenas 22% de 1973 a 2003, e grande parte do ganho foi resultado das esposas terem entrado na força de trabalho remunerada ou de mais horas de trabalho, e não de elevação salarial. Enquanto isso, a segurança econômica é uma coisa do passado: as flutuações ano a ano nas rendas das famílias são muito maiores do que eram uma geração*

*atrás. Basta um pouco de má sorte no emprego ou na saúde para jogar na pobreza uma família que parecia estar solidamente na classe média. Mas os ricos têm se saído muito bem. Desde 1973, a renda média do 1% superior de americanos mais ricos dobrou, e a renda do 0,1% superior triplicou. Por que isto está acontecendo?(...) Desde 1980 em particular, as políticas do governo americano têm consistentemente favorecido os ricos às custas das famílias trabalhadoras -e sob o atual governo, tal favorecimento se tornou extremo e implacável." 6*

O capital só aceitou concessões duradouras ao trabalho em dois contextos históricos: ou em fases de crescimento sustentado, que, por sua vez, exigiram uma estabilidade no Sistema Mundial de Estados que assegurasse uma expansão do mercado mundial – como no final do XIX - ou diante do perigo da extensão de revoluções, como entre 1945/75. Se as reformas deixaram de ser possíveis por vias negociadas e gradualistas, é porque se desenvolveram novas condições históricas – que têm determinações econômicas e sociais, mas, sobretudo, políticas - que dificultam a concertação. Sem disposição de luta revolucionária não se conquistam reformas e, quando o capital se vê encurralado, e admite concessões, elas são transitórias e permanecem ameaçadas.

Outros na esquerda reciclaram o projeto e se renderam aos limites compensatórios das políticas sociais focadas. A saída oferecida pelo programa das ONG's – o "small is beautiful" – não é um retrocesso ao vigoroso otimismo dos reformistas do início do século XX, mas ao programa pré-marxista do início do XIX. A idéia que defende que se pode mudar o mundo sem lutar pelo poder não é nova. O movimento socialista se dividiu em meados do XIX entre os estatistas e os anti-estatistas, e o marxismo se construiu como o vocabulário dominante dos trabalhadores organizados europeus, no início do século XX, em uma luta duríssima contra ambos. Na Alemanha, na década de 60, o partido operário em formação tinha duas correntes, uma maioria influenciada por Lassale que atuava em Berlim, e outra por Marx e Engels no exílio. Na França e na Rússia, onde as idéias de Lassale não tinham repercussão, Proudon e Bakunin eram majoritários. Lassale era estatista – defendia, hegelianamente, que o Estado poderia se colocar acima do conflito de classes como representante do projeto da nação e do povo - e politicista, a ponto de negociar secretamente com Bismarck, o primeiro-ministro do Kaiser prussiano, uma estratégia para a unificação da Alemanha. Proudon e Bakunin eram ambos anti-estatistas. Mas, enquanto o francês era reformista - acreditava em estratégias como o barateamento do crédito e o

---

<sup>6</sup> Por que a classe média dos EUA está sumindo? KRUGMANN. Paul, The New York Times, 10/06/2005

cooperativismo – o russo era carbonário, defendia uma versão proletária da perspectiva conspirativo-jacobina dos blanquistas. Cento e cinquenta anos depois, a História demonstrou que não ocorreu nenhuma passagem pós-capitalista sem ruptura e sem deslocamento do Estado. Sem a conquista do poder, as massas exploradas e oprimidas pelo capital, no centro ou na periferia do sistema, não conseguiram mudar os seus destinos.

O desalento com o fracasso do PT talvez explique a ressurreição, no Brasil, do programa pré-político da infância do movimento socialista. No lugar da luta contra o capitalismo, ou da estratégia da sua reforma, surge a perspectiva, incomparavelmente mais modesta, de oferecer os serviços de assistência social que o Estado já não está mais disposto a arcar. Desistir de lutar pelo poder - o abandono da política - não parece uma escolha de estratégia prometedora. Há aqueles que descobrem as virtudes dos programas de economia solidária e, finalmente, os entusiastas das propostas de renda mínima.

No plano internacional, a nova utopia seria a refundação da ONU ou a taxa Tobin. A “refundação” da ONU é um termo pomposo para a proposta de ampliação do Conselho de Segurança, incorporando Estados da América Latina, como o Brasil, da África, como a África do Sul ou o Egito, e da Ásia, como a Índia e o Japão, além da reivindicação da Alemanha. Tem sido uma das prioridades da política externa do Governo Lula, e foi defendida nos círculos de esquerda por Antonio Negri. A taxa Tobin foi sugerida pelo economista liberal, vencedor do Nobel, e propõe um imposto mundial sobre a circulação de capitais para o financiamento de fundo contra a pobreza. Assumida pelo *Le Monde Diplomatique*, inspira a ATACC, e uma parte importante da ONG’s que organizam os FSM’s de Porto Alegre.

#### Projeto político e dimensão utópica

A dimensão utópica de um projeto igualitarista nunca poderia ser minimizada, já que a aposta política foi sempre dominada pela incerteza. A luta anticapitalista sempre dependerá de um engajamento que pressupõe o enfrentamento de riscos, senão infortúnios. Com mais razão, uma perspectiva estratégica clara parece insubstituível para sustentar uma militância que não esgotará na próxima vicissitude. Todas as fórmulas que depositaram na “história” a esperança de definição de uma luta que exige empenho e vontade só podem ajudar a semear ilusões fatalistas, a ante-sala da desmoralização e de cepticismos

inconsoláveis. A “história” não pode decidir nada porque não é sujeito, mas processo. O socialismo sempre foi entendido pelo marxismo como um projeto que depende tanto da capacidade de mobilização e organização de forças sociais, quanto da presença de sujeitos políticos capazes de traduzir esses interesses numa perspectiva de poder. Mas, sem a “fé” na possibilidade desses sujeitos sociais serem vitoriosos, que, sumariamente, poderíamos chamar uma identidade de classe, seria muito difícil manter de forma continuada uma militância que só pode prometer sacrifícios e exigir abnegação. Esse sentimento que já foi denominado, no passado, de “robusto optimismo” na disposição de luta do proletariado (e de outros sujeitos sociais) parece indispensável, e tem uma evidente dimensão utópica, porque é uma aposta no futuro.

O problema, todavia, é que a fórmula “paradigma utópico” tem sido utilizada como uma alternativa nebulosa à necessidade mesma de uma perspectiva estratégica anti-capitalista. Em um contexto de crise do capitalismo, mas, também, de crise e reorganização do movimento operário internacional e, portanto, de grandes indefinições, não é estranho que as inseguranças ideológicas ganhem terreno: boa parte da esquerda mundial se sente incômoda com o conceito de socialismo, e treme diante do comunismo. Sinal dos tempos sombrios: no Brasil, até a reestatização das empresas privatizadas nos últimos quinze anos, uma palavra de ordem que há alguns anos atrás era um lugar comum, passou a ser um tema tabu. Mas, os ventos estão mudando, e da Bolívia chegam as mobilizações que elevam a bandeira da estatização do petróleo e do gás em grande causa nacional.

A nova respeitabilidade do conceito de paradigma utópico se explica porque, confortavelmente, promete dizer muito sem se comprometer com nada. E, também, porque permite inúmeras leituras o que, por si só, confessa as ambigüidades da sua utilização. A defesa da utopia no lugar do socialismo nos remete, em primeiro lugar, à crítica do esforço meio constringido de adaptação que vem sendo realizado pelas correntes majoritárias na esquerda que se transfiguraram de tal maneira - como o petismo - sob a pressão neoliberal arrasadora da última década, ao ponto de serem irreconhecíveis. O projeto foi sendo rebaixado ao impensável. O eleitoralismo assumiu como programa a regulação social do mercado, ou seja, a administração do capitalismo.

Uma maioria do ativismo que iniciou a militância depois da restauração não se reconhece mais, também, no vocabulário marxista da luta de classes e afirma que os

espaços de resistência estariam ou na escala local, ou na escala mundial, abandonando a perspectiva política da luta pelo poder, que se desenvolve na escala nacional. Decepcionados com a política e desiludidos da possibilidade de mudar o país, muitos procuram ser úteis mudando uma escola, ou lutando pela paz mundial. Ora a utopia estaria no trabalho minimalista da ONG's que assumem a terceirização da assistência social que o Estado transfere, ora estaria em programas de trabalho voluntário como os cursinhos pré-vestibulares para negros, ou em projetos de promoção social como as cotas nas universidades para egressos de escolas públicas, ora estaria no acesso aos micro-créditos para pequenos negócios, ora estaria no incentivo ao cooperativismo de produção ou consumo, etc.... No outro extremo, a referência seriam os movimentos internacionais como as jornadas mundiais contra a guerra no Iraque, as campanhas de denúncia da rapina imperialista dos recursos naturais como a água, ou a comercialização de transgênicos. As duas estratégias não se sustentam. Apesar do papel decisivo da ação internacionalista, o epicentro da resistência à colonização americana do Oriente Médio continua nas mãos do povo iraquiano e palestino. Apesar da entrega moral e do voluntarismo da militância que atua

De qualquer maneira, permanece desconcertante como tantos socialistas aceitam alegre e ligeiramente fórmulas elípticas que contornam a questão do imperialismo e dos monopólios. Essa, evidentemente, não é uma escolha inocente. O discurso da utopia pós-marxista ou mesmo pós-socialista, crítico da idéia de projeto e elogio da idéia de processo, que defende o “mantra” da democracia como valor universal, tem sido uma das coqueluches teóricas do petismo e seus satélites. Reduzido a um programa “reformista sem reformas”, esvaziado até da promessa de justiça social – via impostos progressivos e acesso universal à educação e seguridade – substituída pelo pragmatismo da busca da paz social – via políticas sociais compensatórias e programas focados de renda mínima – a utopia se entrincheirou nos projetos de economia solidária.

No entanto, a bandeira da utopia é reivindicada, também, por socialistas sinceros como uma fórmula que busca ir além dos dogmas simplistas e deterministas que, usados para defender o indefensável, diminuíram a dimensão política da vontade consciente das massas na transição ao socialismo. Admitamos que os marxistas estiveram engajados num projeto que, por variadas razões, pode se considerado otimista. Entre os fundadores, e ainda

no marxismo da época da Segunda Internacional e da Comintern, predominou uma inabalável confiança de classe sobre a transição socialista que, em função de exageros, chegou a ser acusado de fatalismo ou até mesmo teleologia. Uma expressão teórica muito criticada da defesa da necessidade histórica do socialismo pode ser encontrada no Tratado sobre Materialismo Histórico de Bukarin. Convém notar que a fórmula “condenada” de Bukarin era, apesar de seus excessos, essencialmente, condicional:

*“La condición necesaria para un ulterior desarrollo es también llamada con mucha frecuencia necesidad histórica. Es, en este sentido del término “necesidad histórica”, que podemos hablar de la “necesidad” de la Revolución francesa, sin la cual el capitalismo no hubiera continuado su crecimiento, o de la “necesidad” de la llamada “liberación de los siervos”, en 1861, sin la cual el capitalismo ruso no hubiera podido continuar su desenvolvimiento. En este sentido podemos también hablar de la necesidad histórica del socialismo, desde el momento que sin él la sociedad humana no puede continuar su desarrollo. Si la sociedad ha de continuar su marcha, el socialismo es inevitable.”* (grifo nosso) <sup>7</sup>

Curiosamente, mesmo depois da ruptura do marxismo do início do século XX em duas Internacionais, na seqüência da revolução de outubro, se manteve durante muitas décadas uma expectativa elevada sobre o destino do socialismo, embora uma maioria do movimento dos trabalhadores na Europa, sob a influência ou da socialdemocracia ou dos PC’s, tivesse evoluído para uma postura céptica sobre a possibilidade de revoluções. Exultavam com o futuro do socialismo, ainda quando duvidavam que novas revoluções fossem possíveis. A história evoluiu na direção contrária às ilusões. Aconteceu o contrário.

Nos dias de hoje, quando a revolução volta a bater à porta de nosso continente - como na Argentina, Venezuela, no Equador, e na Bolívia - as dúvidas sobre o futuro do socialismo permanecem avassaladoras. As revoluções políticas e sociais são, contudo, um fenômeno histórico que guarda uma relativa autonomia em relação à divulgação das idéias socialistas e, embora tenham estado associadas no século XX à preponderante influência do marxismo, é muito duvidoso que venham a definhar, apesar da perda de credibilidade do socialismo. Ao contrário, o colapso da URSS poderia estar abrindo até uma etapa histórica de maior imprevisibilidade política internacional, se considerarmos o papel estabilizador da maioria dos ex-PC’s na etapa anterior a 1989/1991. A crise da esquerda e, portanto, do projeto socialista, continua, contudo, muito grave. Sobre esse tema vale a pena conferir o balanço duríssimo de Daniel Aarão Reis:

---

<sup>7</sup> BUJARIN, Nicolai. Teoría del materialismo histórico: ensaio popular de sociología marxista. Madrid, Siglo XXI. p.143.

*“O socialismo contemporâneo encontra-se, certamente, numa crise terminal. Trata-se de, parodiando o grande revolucionário do começo do século ‘repensar, repensar, repensar’. As bases sociais, econômicas, políticas, teóricas, culturais de um projeto que pretendeu ultrapassar o capitalismo, e foi por ele absorvido, não se sustentam mais e não podem mais sustentar uma proposta alternativa radical.” (grifo nosso)<sup>8</sup>*

O argumento é solene, mas frágil. A restauração capitalista na URSS, ou mesmo a restauração na China ou em Cuba, não poderia, enterrar o projeto socialista. Só a superação histórica das crises capitalistas poderia realizar essa façanha. Se a nova ordem mundial perseguida pelos Estados Unidos ainda está longe de ter um desenho estável, como a insustentável ocupação militar do Iraque vem confirmando, se a economia internacional continua alternando ciclos de crescimento curtos e moderados, alternados com recessões severas como entre 2000/2003, e se a coesão social interna dentro das metrópoles imperialistas vem diminuindo, como foi revelado pelo não francês no plebiscito da constituição européia, parece um pouco apressado tocar os sinos de uma crise terminal para o socialismo.

Neste papel de carrascos teóricos do socialismo as “luzes da ribalta” iluminaram, não por acaso, a releitura do significado do Outubro russo. De qualquer forma, vale a pena conferir Furet que decidiu que toda a experiência socialista teria sido um fracasso absoluto.

Vai tudo junto para a lata de lixo da História:

*“A falência do regime nascido de Outubro de 1917 e, talvez, ainda mais o caráter radical que ela assumiu privam, com efeito, a idéia comunista não só de seu território de eleição, mas também de qualquer recurso: o que morreu à nossa frente, com a União Soviética de Gorbatchov, engloba todas as versões do comunismo, dos princípios revolucionários de Outubro até as suas histórias, e até a ambição de humanizar o seu curso em condições mais favoráveis. Como se acabasse de se fechar a maior via jamais oferecida à imaginação do homem moderno em matéria de felicidade social. O comunismo jamais concebeu outro tribunal além da História e ei-lo condenado por ela a desaparecer completamente(...) Os regimes comunistas tiveram de ceder o lugar, em alguns meses, às idéias que a Revolução de Outubro acreditara destruir e substituir: a propriedade privada, o mercado, os Direitos Humanos, o constitucionalismo ‘formal’, a separação dos poderes – toda a parafernália da democracia liberal. Nesse sentido, o fracasso é absoluto, uma vez que apaga a ambição original.”<sup>9</sup>*

---

<sup>8</sup> AARÃO REIS, Daniel, “O declínio das utopias capitalistas no século XX, uma crise terminal?” in História e utopias, textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História, org. John Monteiro e Ilana Blay, São Paulo, Anpuh, 1996, p. 85.

<sup>9</sup> FURET, François. O Passado de uma Ilusão, ensaios sobre a idéia comunista no séculoXX. Tradução de Roberto Leal Ferreira, São Paulo, Siciliano, 1995. p.586.

O argumento é pomposo, mas inconsistente. A restauração capitalista, um processo histórico que assistimos no último quarto de século pela primeira vez, foi conduzida pela própria camada dirigente da burocracia da ex-URSS. Não parece ser, por si só, uma demonstração suficiente da superioridade do capitalismo, sobretudo quando confrontamos a catástrofe que se abateu sobre a Rússia na década passada. Confirmou, tão somente, a hipótese que defendia que a burocracia do estado soviético se dividiria em várias alas, entre elas uma restauracionista. Demonstrou, também, os estreitos limites que aprisionam qualquer experiência pós-capitalista dentro de fronteiras nacionais. E provoca um debate incontornável sobre os limites da gestão burocrática: a ausência de liberdades civis elementares inibe a crítica, reprime a criatividade e sabota a inovação, favorecendo a estagnação. Trotsky já alertava nos anos trinta:

*"Ahora bien, cuanto más lejos se vaya, más se tropezará con el problema de la calidad, que escapa a la burocracia como una sombra. Parece que la producción está marcada con el sello gris de la indiferencia. En la economía nacionalizada, la calidad supone la democracia de los productores y de los consumidores, la libertad de crítica y de iniciativa, cosas incompatibles con el régimen totalitario del miedo, de la mentira y de la adulación. Tras el problema de la calidad se plantean otros, más grandiosos y complejos, que se pueden abarcar bajo la rúbrica de la acción creadora técnica, cultural e independiente. Un filósofo antiguo sostuvo que la discusión era la madre de todas las cosas. En donde el choque de las ideas es imposible, no pueden crearse nuevos valores. La dictadura revolucionaria, lo admitimos, constituye en sí misma una severa limitación a la libertad. (...) La democracia soviética no es una reivindicación política abstracta o moral. Ha llegado a ser un asunto de vida o muerte para el país. Si el nuevo Estado no tuviera otros intereses que los de la sociedad, la agonía de sus funciones de coerción sería gradual e indolora. Pero el Estado no es un espíritu puro. Las funciones específicas se han creado sus órganos. La burocracia, considerada en su conjunto, se preocupa menos de la función que del tributo que ésta le proporciona. La casta gobernante trata de perpetuar y de fortalecer los órganos de coerción; no respeta nada ni a nadie para mantenerse en el poder y conservar sus ingresos. Cuanto más adverso le es el curso de las cosas, más implacable es con los elementos avanzados de la población. Como la Iglesia Católica, la burocracia ha formulado su dogma de infalibilidad después de que comenzó su decadencia, pero enseguida lo ha colocado a una altura en la que el Papa no puede soñar. La divinización cada vez más imprudente de Stalin es, a pesar de lo que tiene de caricaturesco, necesaria para el régimen."*<sup>10</sup>

Se há algo decisivo na experiência histórica posterior ao triunfo da revolução de outubro, é a verificação da necessidade do planeamento democrático para o desenvolvimento das forças produtivas.

Revisitando os fundamentos

---

<sup>10</sup> Leon Trotsky, A Revolução Traída, Aonde vai a URSS.

O projeto socialista do marxismo não propõe somente um plano bem elaborado e bem intencionado, embora seja impossível derrotar o capital sem uma profunda repulsa moral contra a injustiça. A defesa do igualitarismo repousa em uma análise das condições objetivas e subjetivas que a própria história do capitalismo amadureceu ao longo dos últimos dois séculos. Se a produção fosse reorientada para a satisfação das necessidades, segundo a própria ONU, seria possível erradicar do planeta a fome, a miséria, a ignorância e a insegurança a que está condenada a maioria dos seres humanos. Não são os marxistas somente que afirmam que não há explicação racional que explique porque a apropriação da riqueza social deva ser tão desigual. A renda do capital absorve na maioria dos países da periferia do capitalismo contemporâneo um valor maior que toda a massa salarial.

Não nos deve surpreender, no entanto, que muitos acreditem na acusação dirigida aos marxistas de que são igualitaristas que defendem que todos deveriam receber o mesmo salário, ou que todos os salários deveriam ser iguais ao valor agregado pelo seu trabalho. Não há, contudo, um só texto de Marx ou, de resto, de qualquer um dos principais herdeiros de sua tradição, que defenda salário igual para trabalho diferente, nem foi este o critério dos comunnards, dos bolcheviques, ou de qualquer das outras experiências pós-capitalistas do século XX. É verdade que a Comuna de Paris estabeleceu que o salário médio operário deveria ser a referência para os funcionários da própria Comuna – uma função pública, portanto, removível, do primeiro e efêmero Estado dos trabalhadores - mas não estendeu este máximo para todas as tarefas. Os socialistas sempre defenderam, porém, que as diferenças salariais existentes no capitalismo, com diferenças entre o piso e o teto, na maioria dos países, que excedem a variação de 1 para 100, não correspondem às diferenças de qualidade nem à quantidade de trabalho efetivamente realizada. Não é razoável que um trabalho possa ser gratificado com um salário muitas dezenas de vezes maiores que outro.

Os marxistas não defendiam, tampouco, que os salários deveriam ser iguais ao valor transferido à produção – uma utopia que supõe possível que cada um receba integralmente de acordo com o que produz - porque reconheciam a necessidade de fundos públicos. Tanto para garantir os investimentos, para financiar os serviços públicos, como para assegurar a proteção dos inaptos para o trabalho como os doentes ou idosos. Existiram, historicamente, diferentes tradições igualitaristas. O marxismo se distinguiu por defender

que a passagem a uma sociedade socialista deveria ser compreendida pelo critério de “cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. Os marxistas presumiam que o socialismo teria uma fase inicial em que deveriam ocorrer duas profundas transformações: a eliminação da remuneração do capital, ou seja, a garantia de que apropriação da riqueza produzida socialmente deveria ser distribuída entre todos, e uma substancial redução das diferenças entre os salários. O cancelamento da renda do capital corresponderia, na maioria dos países periféricos como o Brasil – uma das sociedades mais desiguais do mundo, em que a massa salarial perdeu 10% da sua participação no PIB no último quarto de século - a uma socialização de mais de metade da riqueza nacional produzida a cada ano. O estabelecimento de um piso e de um teto salarial, em que a diferença entre o menor e o mais alto dos salários não excedesse, por exemplo, vinte vezes o valor do mínimo, permitiria uma elevação rápida do padrão de vida da maioria da população. Os critérios de remuneração do trabalho poderiam reconhecer a necessidade de recompensas materiais para os trabalhos que pressupõem uma longa educação e treinamento – um estímulo à reposição e ampliação da mão de obra híper-especializada – ou das tarefas especialmente penosas ou perigosas. Mas, deveria ser considerada a necessidade de acabar com os supersalários dos administradores, gestores e diretores que realizam funções de confiança dos patrões e o Estado, que recebem pagamentos nababescos para manterem a obediência às hierarquias de comando. As tarefas de administração não exigem maior qualificação que a confiança dos que trabalham, e não há razão para que os encarregados não sejam eleitos por mandatos e regularmente substituídos.

Ou seja, a transição de cada um segundo a quantidade, qualidade e intensidade de seu trabalho, preservando temporariamente a forma salário e o dinheiro, enquanto não forem atingidos os graus superiores de desmercantilização, ou seja, a gratuidade e disponibilidade universal crescente dos bens e serviços mais intensamente desejados, condicionada pela superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Alguns argumentam que o socialismo seria uma solução excessivamente radical e que a desigualdade poderia ser diminuída, corrigindo as diferenças da distribuição de renda, sem a destruição da propriedade privada. São muitos entre os próprios trabalhadores aqueles que, guiados por sentimentos humanitários ou pelas Igrejas, se perguntam se não seria mais fácil ou razoável – valorizando a colaboração de classes e não o conflito -

procurar a diminuição da pobreza sem, necessariamente, eliminar as distinções sociais, atenuando o abismo que separa os multimilionários dos miseráveis. Por quê não aumentar os impostos sobre a renda, em vez de impedir a concentração do patrimônio? Por quê não aumentar o salário mínimo e diminuir o teto salarial, sem expropriar a propriedade privada?

Suponhamos, hipoteticamente, que a burguesia admitisse uma maior divisão da riqueza social produzida, e aceitasse a partilha direta das mercadorias. O raciocínio não é estapafúrdio. Afinal não é isso que o Estado faz quando acontece uma calamidade como as inundações? Em situações de emergência, o Estado distribui alimentos, roupas, cobertores e remédios, não entrega dinheiro. Imaginemos que, sem a necessidade de uma catástrofe como o tsunami de dezembro de 2004, o Estado considerasse a situação social das massas um flagelo suficiente para a distribuição livre os produtos. As conseqüências seriam previsíveis. Eliminado o racionamento que contém o consumo – que na sociedade capitalista tem a forma do salário - ocorreria uma explosão de demanda reprimida, com uma corrida às compras que se transformaria em inflação descontrolada e escassez generalizada. A pobreza seria atenuada por algumas semanas e, durante este tempo, a população poderia, na melhor das hipóteses, se alimentar e se vestir um pouco melhor, e pouco mais. Mas, os produtos seriam rapidamente consumidos. Após uma grande e breve farra com um final amargo, o povo trabalhador teria esgotado o consumo das riquezas, e ficaria com as mãos vazias, uma vez mais, enquanto os capitalistas manteriam o controle dos meios de produção da riqueza e, muito rapidamente, teriam reconstruído suas fortunas.

*“A África contemporânea fornece um outro exemplo dessas verdades. Quando a fome devasta o Sahel, quem condenaria a distribuição de alimentos, por rações aos famintos como um exemplo de alocação “ditatorial”, reduzindo os esfomeados a “servos” – quando lhes vender comida os faria “mais livres”? Se uma epidemia grave irrompe em Bangladesh, a distribuição controlada de remédios deve ser considerada nociva se comparada com sua compra no mercado? A realidade é que é muito menos custoso e mais razoável satisfazer as necessidades básicas através da distribuição direta – ou redistribuição – do total de recursos disponíveis para elas, e não pelo caminho indireto da alocação por dinheiro no mercado. O dinheiro e as relações de mercado, em contraste se consubstanciam como instrumentos de garantia à maior liberdade do consumidor na exata medida em que as necessidades básicas tenham já sido satisfeitas. Pois a liberdade implica em poder de escolha por parte do consumidor, e, quando confrontado com as necessidades realmente fundamentais, o consumidor não tem qualquer escolha. Normalmente não se “escolhe” entre pão e uma passagem aérea, entre educação básica e um segundo televisor, entre tratamento de saúde e um tapete persa. O dinheiro, enquanto meio para a liberdade do consumidor, é eficiente apenas para a escolha entre bens relativamente supérfluos – dado um alto grau de equidade de renda. Como um meio de se determinar os rumos básicos da alocação social de recursos, é passível de ser tanto injusto como ineficiente. Se a sociedade democraticamente decide dar prioridade alocativa à satisfação das necessidades básicas, ela automaticamente reduz os recursos disponíveis para a satisfação de necessidades secundárias ou de luxo. Este é o sentido no qual não há*

*escapatória de alguma "ditadura sobre as necessidades", por tanto tempo quanto as necessidades básicas insatisfeitas não se tornem, por completo, de natureza marginal. Mas é aqui que o argumento político em favor do socialismo se torna mais claro e óbvio. Pois, seria mais justo sacrificar as necessidades básicas de milhões de indivíduos ou as necessidades secundários de dezenas de milhares?"*<sup>11</sup>

O objetivo da causa socialista não é a repartição dos ricos com os pobres, o que pode ser conseguido - por pressão moral – com caridade e doações, ou com impostos progressivos sobre a renda e até sobre o patrimônio - por pressão política - mas, excepcionalmente e por pouco tempo. Os socialistas não se opõem a reivindicações de justiça social, porque podem ser educativas dos limites do capitalismo, mas afirmam que com este programa não é possível eliminar a desigualdade entre os homens. Não é uma partilha de produtos entre ricos e pobres que permitirá alcançar uma sociedade igualitária, na qual liberdade e igualdade sejam indivisíveis, mas a completa supressão da diferença estrutural entre ricos e pobres. Essa diferença tem sua raiz na produção da riqueza, não na distribuição dos bens e serviços. Ser socialista é acreditar que a igualdade é possível, desde que os meios de produção se tornem propriedade coletiva dos que vivem do trabalho. O socialismo deposita sua esperança no coletivismo que é a socialização da propriedade privada e a regulação da produção pelo planejamento para a satisfação das necessidades humanas.

Os apologistas do capitalismo defendem que as necessidades são variáveis, incertas e a rigor ilimitadas, cabendo ao mercado revelar *a posteriori* se a demanda efetiva foi satisfeita, ou se ocorreu sub ou super produção. No pós-guerra a utilização de políticas anticíclicas de inspiração keynesiana deslocou a influência das premissas liberais clássicas, e a idéia de que o Estado poderia através de sua intervenção, dentro de certos limites, definir a procura estabelecendo uma regulação do mercado, se afirmou como pensamento burguês dominante. A crise depressiva prolongada aberta em 73/74 devolveu aos fundamentalistas da “regulação mercantil pura” o lugar de corrente intelectual burguesa mais influente, e esta tem sido a política hegemônica nos últimos vinte e cinco anos, depois de um intervalo de muita crise política (73/9, derrota no Vietnam, revolução portuguesa, guerrilha na Itália, fim do franquismo, revolução na Nicarágua e Irã). O núcleo “duro” das

---

<sup>11</sup> MANDEL, Ernest, Socialismo versus mercado, São Paulo, Ensaio, 1991, p.54/5/6.

idéias da Terceira via, conquistou alguma audiência, quando a crise do Reaganismo ou Thatcherismo não podia mais ser ignorado.

Nos círculos de esquerda marxista a pressão neoliberal não passou impune. As teorizações que estrategizam a idéia de um socialismo de mercado são moeda corrente. Os termos da questão não são simples, é certo. Mas a aceitação do mercado como a forma fundamental de regulação econômica apunhala no coração de forma irreversível o projeto socialista. É importante assinalar que a maioria esmagadora das elaborações que teorizam a defesa do socialismo de mercado, ou de um controle social do mercado nas suas versões ainda mais recuadas, não fazem a defesa da troca de mercadorias como uma concessão transitória em países atrasados ou economias isoladas, dentro de um sistema híbrido de alocação de recursos, mas estão questionando a própria vigência histórica da perspectiva de uma produção mundial auto regulada, ou seja, subordinada ao planejamento. Em última análise portanto a própria idéia do socialismo está em questão.

Está em debate a possibilidade ou não de um planejamento democrático, o que envolve a discussão da participação das amplas massas nas decisões de uma esfera pública alargada e complexa que exige muitas decisões, e o tempo e a educação para querer e poder tomar decisões. Mas, está em primeiro lugar em discussão definir se as necessidades são limitadas e previsíveis, ou se elas são ilimitadas. Da aceitação do postulado de necessidades ilimitadas decorreria que a abundância seria impossível e a humanidade estaria condenada à escassez, com as suas seqüelas intrínsecas: a cobiça, a tendência à aquisitividade, a propriedade, as classes e suas lutas, as heranças, a família patriarcal, e o Estado, etc...Todo o edifício da hipótese marxista de uma sociedade sem classes desmoronaria.

O marxismo sempre defendeu que a satisfação das necessidades sentidas mais intensamente seria possível, e que as exigências das necessidades humanas são, em uma mesma época, universais. Ao mesmo tempo, os marxistas reconheciam a existência das necessidades idiossincráticas peculiares às preferências individuais, uma margem de consumo que veio se ampliando e diferenciando.

A experiência histórica do século XX deu razão, nesta questão, a Marx, e de uma forma esmagadora. O boom do pós-guerra revelou que o acesso a padrões mais elevados de vida, permitidos pela crescente e sustentada elevação do salário médio nos países imperialistas, produzia-se com uma certa uniformidade nos modelos de consumo: primeiro

o aumento do consumo de alimentos – com significativa elevação da dieta de proteínas – e substituição do vestuário, seguido da aquisição de eletro-eletrônicos que definem tanto conforto da vida doméstica quanto o lazer mais barato, o transporte individual, a busca do acesso à compra da casa própria, a preocupação com maior escolaridade dos filhos e a reivindicação por mais e melhores serviços públicos e, também, as férias e as viagens. O que parece mais importante é que mais de 90% do consumo é homogêneo, logo, demonstrou-se perfeitamente previsível. Mas, a ambição do projeto socialista não se restringe à erradicação da miséria e da ignorância. Mandel, entre outros, defendeu:

*" O projecto socialista é o de uma gradual satisfação de mais e mais necessidades, e não uma restrição a requisitos básicos. Marx nunca foi um defensor do ascetismo ou da austeridade. Ao contrário, o conceito da personalidade totalmente desenvolvida que é o próprio coração de sua visão de comunismo, implica a satisfação de uma grande variedade de necessidades humanas, e não um estreitamento decrescente de nossas necessidades a alimentos básicos e moradias. O desaparecimento gradual do mercado e das relações monetárias concebido por Marx, envolveria a extensão gradativa do princípio de alocação de recursos ex ante para a satisfação destas necessidades em um número cada vez maior de bens e serviços, engendrando uma variedade mais ampla, e não menor, do que a existente sob o capitalismo hoje em dia"<sup>12</sup>*

De todas essas considerações se deve portanto concluir que não existe hoje nenhuma argumentação convincente nem na economia, nem na sociologia, que nos impeça de concluir que os recursos disponíveis pelo desenvolvimento das forças produtivas – mesmo considerando que a permanência obsoleta do imperialismo e dos seus irrefutáveis desperdícios, como a indústria militar, bloqueou o potencial libertador nelas contido – permitiria arrancar das condições de miséria biológica, em muito pouco tempo, os cerca de um bilhão e meio de seres humanos que ainda vegetam no planeta com até um dólar por dia como renda.

---

<sup>12</sup> MANDEL, Ernest, Socialismo versus mercado, São Paulo, Ensaio, 1991, p.56.